

Eleição de candidato da Frelimo não promove a democracia porque excluiu muitos membros de participar do processo

- A eleição, no longo fim-de-semana da semana de punhais, do candidato presidencial da Frelimo, Daniel Chapo, não promove a democracia em Moçambique porque foi excludente e “marginalizadora”. É um processo que, visando proteger interesses de grupos, mais precisamente os interesses da ala dirigente do partido de se manter no poder para, por um lado, usar o Estado e as instituições para se protegerem da acção do próprio Estado, por conta de uma pilha de decisões mal tomadas, algumas orientadas para a corrupção, e, por outro lado, para continuarem com práticas, como a corrupção que foi a principal marca da governação dos últimos 10 anos, excluiu muitos membros, sobretudo do Comité Central (CC).



Entre os excluídos, despontam nomes sonantes como Basílio Monteiro (antigo ministro do Interior), Alberto Vaquina (antigo primeiro-ministro), José Pacheco (antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação) Aires Ali (antigo primeiro-ministro), Luísa Diogo (antiga primeira-ministra), o General Hama Thay, entre outros. São nomes, alguns dos quais, com um passado sombrio na governação do país e outros nem por isso. Entretanto, enquanto membros do CC e do partido Frelimo, sentados na sala e tendo manifestado o desejo de entrar para a corrida eleitoral interna, tinham o direito de fazer parte do escrutínio.

A exclusão foi feita através da recusa durante três dias de alargar a lista única com os nomes do secretário-geral demissionário, Roque Silva, do Governador de Inhambane, Daniel Chapo, e do deputado e antigo porta-voz da Frelimo, Damião José.

Quando por insistência do CC houve abertura na lista, foram adicionados os nomes de Esperança Bias (presidente da Assembleia da República) e de Francisco Mucanheia (assessor económico do Presidente da República, Filipe Nyusi). Os dois nomes tinham um efeito meramente decorativo, pois o objectivo do grupo de Nyusi era fazer passar a candidatura de Roque Silva.

A abertura para mais nomes só foi possível graças à intervenção de nomes como Armando Guebuza, Joaquim Chissano, Teodoro Waty e Castigo Langa. A estas vozes juntam-se vozes de jovens como Caifadine Manasse (deputado e antigo porta-voz da Frelimo), Mety Gondola (Secretário de Estado do Ensino Técnico Profissional) e Licínio Mauaie que enfrentaram Filipe Nyusi, colocando em causa a qualidade dos três, mas também defendendo a inclusão e transparência no processo, até porque não eram conhecidos os critérios que nortearam a escolha dos integrantes da lista.

Tendo em conta o acima descrito, o Centro para Democracia e Direitos Humanos entende que o processo que culminou com a escolha de Chapo não promove a democracia no nosso país. Ao se ter recusado aos outros o direito de participar da votação promoveu-se um processo excludente, marginalizador e orientado para interesses de natureza corrupta.



Quando por insistência do CC houve abertura na lista, foram adicionados os nomes de Esperança Bias (presidente da Assembleia da República) e de Francisco Mucanheia (assessor económico do Presidente da República, Filipe Nyusi). Os dois nomes tinham um efeito meramente decorativo, pois o objectivo do grupo de Nyusi era fazer passar a candidatura de Roque Silva.

O que procurava a ala Nyusi?

Se tivesse conseguido fazer passar a candidatura de Roque Silva, a ala Nyusi continuaria no poder para, por um lado, usar o Estado e as instituições para se protegerem da acção do próprio Estado por conta de uma pilha de decisões mal tomadas, algumas orientadas para a corrupção, e, por outro lado, para continuarem com práticas como a corrupção que foi a principal marca da governação. Este governo está envolvido em muitos casos mal parados e nebulosos, com destaque para o dossier Ruanda. Está igualmente envolvido em casos de corrupção, nomeadamente: o desvio dos fundos da Covid-19¹; o projecto SUSTENTA², que vendeu mentiras aos moçambicanos e através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável foi usado para o desvio de dinheiro emprestado pelo Banco Mundial, deixando o Estado endividado; a contratação de dívidas para a Hidroeléctrica de Cahora Bassa; a prorrogação do período de exploração do Porto de Maputo até 2058³, numa altura em que o contrato ia até 2033, para além de o governo estar em fim de mandato. A esta lista acresce-se o escândalo das dívidas ocultas.

Quem é Chapo?

Daniel Chapo tem 47 anos de idade. É natural de Inhaminga, província de Sofala. Tem formação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane. Em 2014, concluiu o Mestrado em Gestão de Desenvolvimento pela Universidade Católica de Moçambique. Antes de entrar para a política activa desempenhou as funções de Conservador do Distrito de Nacala-Porto. Em 2015 foi nomeado administrador de Nacala-a-Velha, na província de Nampula. Em Novembro de 2015 é transferido para desempenhar as funções de administrador em Palma, na Província de Cabo Delgado. Cerca de cinco meses depois, em Março de 2016, é nomeado Governador da Província de Inhambane. Nas eleições de 2019, Chapo foi cabeça de lista da Frelimo para Governador de Inhambane, tendo reassumido a província após a vitória do partido naquele pleito. É jovem e não tem ligação directa com a luta de libertação nacional. É o rosto da verdadeira transição gera-



cional dentro da Frelimo. A eleição de Chapo valida a narrativa, nunca oficialmente assumida, de que agora seria a vez do centro, mas também de que a região é um dos critérios para a escolha dos presidentes. Se for eleito, a 9 de Outubro próximo, será o quinto pre-

sidente de Moçambique independente, depois de Samora Machel, Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi. Tem para já como adversário confirmado, o candidato do Movimento Democrático de Moçambique, Lutero Simango. O candidato da Renamo será conhecido na próxima semana depois do Congresso deste partido a ser realizado nos dias 15 e 16. A "Perdiz" já tem candidatos para disputar com Ossufo Momade, nomeadamente, Ivone Soares (deputada e antiga chefe da bancada da Renamo na Assembleia da República), André Magibire (deputado e antigo secretário-geral da Renamo), Alfredo Magumisse (deputado e membro da Comissão Política da Renamo), Elias Dhlakama (deputado e irmão de Afonso Dhlakama) e Venâncio Mondlane (deputado e cabeça-de-lista da Renamo nas eleições autárquicas de 2023). Um desses nomes deve-se juntar a Daniel Chapo e Lutero Simango na corrida eleitoral.

Trabalhar com todos e com base no programa da Frelimo

Na primeira mensagem como candidato da Frelimo, Chapo agradeceu aos militantes da Frelimo e prometeu trabalhar com todos para a Frelimo vencer as eleições.

"Vamos trabalhar com todos os estratos sociais. Estamos a falar dos jovens, das mulheres, dos homens, dos combatentes, incluindo os meus amigos aqui, da comunicação social, que fazem um excelente trabalho para o desenvolvimento do nosso país, e vamos continuar a trabalhar juntos", disse Chapo e agradeceu "aos mais de seis milhões de membros do partido Frelimo no país pela confiança depositada".

"Vamos trabalhar com base no programa da Frelimo para a vitória no dia 9 de Outubro", disse nas suas primeiras palavras como candidato da Frelimo.

Do ponto de vista de desafios, se for eleito em Outubro, Chapo encontra um país mergulhado em dívidas para a corrupção. Portanto, o combate à corrupção é um dos desafios, desde o topo da pirâmide até à base. A liderança política máxima do nosso país é vista como promotora e principal beneficiária da corrupção. Outro desafio é promover um diálogo nacional intra e transpartidário para permitir que todas as vozes

tenham um campo e espaço de participação, que Nyusi não conseguiu trazer. Isso vai permitir, entre outros assuntos, a solução do assunto Cabo Delgado e começa, na verdade, com o combate à corrupção, o respeito às diferenças e ao Estado de direito democrático. Chapo tem uma guerra em Cabo Delgado. Uma guerra complexa que, antes de a atacar, impõe compreender as suas raízes, mas também Chapo deve procurar entender como se cozem as relações entre Moçambique e o Ruanda, o principal parceiro militar no combate ao fenómeno que assola o país desde 5 de Outubro de 2017.

¹ <https://www.rm.co.mz/covid-19-auditoria-detecta-desvio-nos-fundos-em-2021/>

² <https://www.cipmoz.org/pt/2023/09/04/o-lado-oculto-do-sustenta-consultores-contratados-pelo-fnds-sonegaram-impostos-orcados-em-16-7-milhoes-de-meticais/>

³ <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/15761-governo-prorroga-extensao-da-concessao-do-porto-de-maputo-por-25-anos-ate-2058>



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

